

Boa noite a todos, todas e todes!

Bem vindos ao 39º Encontro Nacional dos Auditores e Auditoras Fiscais do Trabalho

Inicialmente quero saudar as autoridades presentes em nosso encontro e cumprimento a todos em nome de ..... Muito obrigada. Tenham a certeza de que a presença de cada um de vocês muito nos honra

Também quero fazer uma saudação e agradecimento especial a todos os colegas e todas as colegas que se deslocaram dos mais diversos pontos do Brasil para nos encontrar aqui São Paulo.

Como presidenta da Delegacia Sindical no Estado e deste evento quero que todos se sintam acolhidos em nossa capital.

São Paulo de todos os brasis. Como diz Caetano Veloso, na canção Sampa, a cidade da dura poesia concreta de suas esquinas, da força da grana que ergue e destrói coisas belas, também é uma expressão da diversidade. Diversidade cultural, política, de sotaques, da culinária marcante de pessoas de todo o mundo que aqui vieram viver e construir seus sonhos.

Assim, a realização do 39º ENAFIT nesta cidade não poderia ser em momento mais propício. Com muita alegria podemos dizer que realizamos esse encontro em um país em que a democracia venceu. Por pouco, mas vencemos. Sim podemos questionar essa democracia, sua fragilidade, suas insuficiências e suas contradições, mas continuaremos a construí-la e isso não é pouco

Atravessamos nos últimos anos um dos períodos mais sombrios de nossa história.

Desde a destituição, sem crime, de uma presidenta eleita legitimamente – com a democracia não se brinca – tivemos a imposição de uma série de legislações que atacaram frontalmente os direitos conquistados pela classe trabalhadora, conquistados em décadas de muitas lutas e sacrifícios.

A Reforma Trabalhista aprovada ainda no governo de Michel Temer transformou as relações de trabalho, fragilizou a organização sindical e enfraqueceu os mecanismos de fiscalização, ao tratar as relações de trabalho como se fosse uma relação entre iguais.

Ao contrário do que prometeu, a reforma não gerou empregos, ao contrário, proporcionou a criação de trabalhos cada vez mais precários, sem qualquer vínculo e garantia de direitos mínimos, como descanso remunerado, limite da jornada diária, acesso a previdência e assistência social em caso de acidente ou doença. Enfim, um grande contingente de trabalhadores foi abandonado à própria sorte.

O governo eleito em 2018, de triste memória, desde o primeiro momento mostrou sua hostilidade às políticas de proteção de trabalho, ao serviço público e em especial à nossa categoria. Como todos lembramos seu primeiro ato, no primeiro dia de governo, foi a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego. Foi um prenúncio de um período muito duro enfrentado pela nossa categoria.

A posterior recriação do Ministério do Trabalho - como uma moeda de troca para nomeação de aliados - não reverteu a política de sucateamento da fiscalização; a desmobilização do grupo móvel de combate ao trabalho escravo, a não realização de

concursos, o congelamento dos salários, enfim, foi um governo que nos atacou frontalmente, mas sobrevivemos.

(Aqui quero salientar - só sobrevivemos pela força, trabalho e dedicação dos AFTs)

Neste período ainda enfrentamos a pandemia de Covid-19, muito mais agravada pela criminoso política negacionista que atrasou a vacinação, e que custou a vida de mais de 700 mil brasileiras e brasileiros. Muitas dessas perdas foram de colegas muito queridos e queridas por todos nós. Lembro aqui especialmente de CLÁUDIO AUGUSTO TARIFA e NILZA ANTONIA MURARI.

Mas para além disso, a pandemia atingiu de forma cruel os trabalhadores e trabalhadoras que já se encontravam em situação de precariedade: com o uso da tecnologia, os trabalhadores das chamadas plataformas, os motoristas, entregadores de comida, principalmente, mas também de toda uma gama de profissionais, intitulados empreendedores que, na verdade, atuam nas condições mais degradantes e desprotegidas de trabalho, mas que geram muito lucro para as empresas.

O trabalho análogo à escravidão, presente em todas as regiões e nos mais diversos setores da economia, ainda é uma chaga presente.

O trabalho heroico de nossos colegas resgata a dignidade desses trabalhadores e desmascara muitas empresas que se vendem como modernas e humanas mas que lucram muito com as mais arcaicas e perversas práticas de exploração do trabalhador.

Lembramos que a Organização Internacional do Trabalho, a OIT, em 2022 reconheceu a segurança e a saúde como direitos fundamentais do trabalho.

Essa decisão significa que todos os estados-membros da OIT, e o Brasil felizmente o é, apesar de cogitarem retirá-lo em governos passados – se comprometem a promover o direito fundamental a um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Desta forma, o lema deste encontro - Auditoria fiscal do trabalho na defesa dos direitos fundamentais da classe trabalhadora - nos coloca o desafio de lutar para que sejam concretizados os preceitos da OIT.

Portanto, afirmamos em alto e bom som: O trabalho da Auditoria Fiscal do Trabalho, uma conquista dos trabalhadores, nunca foi tão necessário.

Estamos numa quadra histórica, decisiva.

A luta é por um ambiente seguro de trabalho e saudável, apesar das mais adversas condições. As constantes transformações na tecnologia, o trabalho plugado 24 horas, jornadas sem fim que em muitos casos ocorrem dentro do próprio lar, indefinindo hora de trabalho com hora de descanso, de lazer; a pressão por metas e resultados; a insegurança de manter o emprego e a renda, as condições precárias de trabalho levam cada vez mais ao adoecimento físico e mental – e essa é uma realidade que atinge também a nossa categoria.

Enfrentamos o desafio da emergência climática. Os recentes relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças no Clima, IPCC na sigla em Inglês, corroborado por diversos estudos científicos, nos alerta que a humanidade tem pouco tempo para evitar o aumento da temperatura global do planeta acima de 2 graus, o que teria consequências imprevisíveis. O aumento de 1,5°C já é inevitável e as consequências já estamos percebendo em catástrofes climáticas no Brasil e no mundo, como a recente tragédia no Rio Grande de Sul, a qual manifestamos nossa solidariedade.

Essa situação exigirá profundas mudanças nas formas de produção e transição para uma economia de baixa emissão de carbono. Será que seremos capazes dessa transição? E como ela será feita, em que condições, inclusive no que diz respeito à empregabilidade e às relações de trabalho?

Agora estamos novamente em um governo eleito sob o prisma da democracia, de valorização do trabalho e dos trabalhadores e do serviço público. Mas isso não é garantia de que as conquistas virão sem luta, sem pressão e sem organização. As estruturas que sempre se apossaram da riqueza produzida continuam encrustadas no Estado e não renunciam a seus interesses.

Desafios são colocados para nós enquanto trabalhadores e categoria, mas são também colocados para o próprio MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO e nossa Secretaria de Inspeção do Trabalho o tempo não para e é urgente retomar o crescimento e a construção de novos e mais amplos direitos.

A democracia venceu, é muito, mas não suficiente, sabemos. A batalha pela reconstrução do Brasil e, especificamente pelo fortalecimento da auditoria fiscal do trabalho é diária, e acontece em todos os campos que atuamos.

E essa é uma luta grande, árdua que só avançamos quando atuamos juntos, unidos enquanto classe trabalhadora e enquanto categoria

Portanto, quero aqui reafirmar a importância e a centralidade do Sindicato. Não por acaso tão atacado pela reforma trabalhista e por aqueles que lucram com o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora.

O Sindicato é nosso instrumento legítimo de luta e organização. Aqui é o espaço onde nos fortalecemos, dividimos nossas experiências, debatemos nossas diferenças e nossas divergências. É assim que crescemos e reafirmamos nossa identidade enquanto servidores públicos essenciais ao Estado e ao povo brasileiro.

A história nos mostra que a divisão, a fragmentação e tentativas de deslegitimar a atuação sindical só nos fragiliza e leva a retrocessos.

Fortalecer cada vez mais o SINAIT e suas delegacias sindicais é fortalecer a auditoria fiscal do trabalho.

Por fim, não podia deixar de lembrar aqui daqueles que deram a vida cumprindo a missão da Auditoria Fiscal do Trabalho, de garantir dignidade ao trabalhador brasileiro e combater o trabalho escravo.

NELSON JOSÉ DA SILVA ERATÓSTENES DE ALMEIDA GONSALVES

JOÃO BATISTA SOARES LAGE

AÍLTON PEREIRA OLIVEIRA

PRESENTE!!!!!!

Não esqueceremos, não descansaremos enquanto não houver justiça! Lembramos a determinação, esta semana, da prisão dos mandantes já há muito condenados. O Sinait continuará sua luta até que a justiça seja feita integralmente.

Em que pese toda essa situação, podemos afirmar que o ano de 2023 marca o início de um período de esperança, da esperança que ensina Paulo Freire, a esperança de agir e lutar para transformar a realidade.

Assim, com muita alegria e disposição para os desafios que virão repito: sejam todas e todos muito bem-vindas e bem vindos.